

A Hora de Leitura Pedagógica como estratégia de divulgação da renovação pedagógica no Rio Grande do Sul*

The "Hora da Leitura Pedagógica" (Time for Pedagogical Reading) as a promotional strategy of pedagogical renovation of Rio Grande do Sul

Eliane Peres**

RESUMO

Analiso neste trabalho a *Hora de Leitura Pedagógica*, instituída no Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação em 1937. Argumento que essa prática de leitura, extensiva a todas as diretoras e professoras primárias das zonas urbana e rural do estado, tinha como objetivo principal a divulgação das idéias da escola renovada. A análise tem como referência principal o Livro de Atas da *Hora de Leitura Pedagógica* (327 atas entre os anos de 1939 e 1968) de uma escola pública primária do interior do estado gaúcho, além de comunicados e circulares expedidos pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE) e entrevistas com antigas professoras primárias.

Palavras-chave: Leituras de professoras. História da leitura. Renovação pedagógica. Professoras primárias. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

In this study it is analyzed the "Hora da Leitura Pedagógica", implemented in Rio Grande do Sul by the Secretariat of Education in

* Este texto é uma versão condensada de um dos capítulos da tese de doutorado defendida em dezembro de 2000 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG e intitulada: *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir: A escola como oficina da vida. Discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959)*.

** Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Grupo de Pesquisa: Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. e-mail: etperes@ufpel.tche.br

1937. It is claimed that this reading practice, extended to all head teachers and primary teachers of the urban and rural zone, is aimed at promoting the *ideas of the renovated school*. The analysis is mainly based on the book "Livro de Atas da Hora da Leitura Pedagógica" (327 minutes between the years 1939 and 1968) from a primary school in the interior of the state of Rio Grande do Sul, in addition to notes and handouts made available by CPOE and interviews with former primary teachers.

Keywords: Teachers Readings – History of Reading – Pedagogical Renovation – Primary Teachers – Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Analiso neste trabalho a *Hora de Leitura Pedagógica*, instituída no Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação em 1937. Trata-se de uma prática de leitura de caráter obrigatório para todas as diretoras e professoras primárias, como parte das atividades docentes, que se estendeu a todas as escolas primárias das zonas urbana e rural do estado até a década de 70. Argumento que essa prática de leitura tinha como objetivo principal a divulgação das idéias do movimento de renovação pedagógica.¹

Durante as primeiras investidas do trabalho de campo,² deparei com um livro de registro (Livro de Atas) da *Hora de Leitura* das professoras do Grupo Escolar Félix da Cunha, de Pelotas (RS). O livro encontrava-se, juntamente com livros de notas de alunos e de outros livros de atas, no arquivo da escola. Trata-se de um livro de capa dura, de 190 páginas, com o registro de 327 reuniões pedagógicas das professoras. As reuniões eram, inicialmente, de estudos, reflexões e debates. A primeira reunião registrada data do dia 19/07/1939 e a última, do dia 26/10/1968. Esse material permite conhecer, com detalhes, o modo como efetivamente aconteciam as *Leituras Pedagógicas* das professoras primárias no interior da escola.

¹ Renovação pedagógica tem aqui um sentido amplo que abarca as diferentes influências – da Psicologia, da Pedagogia Experimental e da Educação Nova, principalmente – na educação gaúcha a partir dos anos 30.

² Realizada entre 1997 e 1998 para a tese de doutoramento.

A análise tem como referência principal esse Livro de Atas da *Hora de Leitura Pedagógica*, além de comunicados e circulares expedidos pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE), órgão criado em 1943 e ligado à Secretaria de Educação do estado, e entrevistas com antigas professoras primárias. Apresento as leituras realizadas pelas professoras, alguns autores por elas estudados e a forma como eram organizadas as *Horas de Leitura Pedagógica* nas escolas primárias. Analisando as leituras docentes, a partir dos registros nas atas, percebe-se uma mudança substancial ao longo das três décadas (40-50-60), que permite afirmar que a própria natureza do trabalho docente modificou-se significativamente.

Para analisar essa fonte documental fiz, primeiramente, uma leitura integral do livro. Num segundo momento realizei uma leitura bastante criteriosa de cada ata. Nessa leitura, fui problematizando o que lia e anotando as questões que considerava que mereceriam análise. Fiz um mapeamento de todas as 327 atas do livro, tratando de registrar o assunto ou temática de cada reunião, a forma de condução dos trabalhos e a responsável ou as responsáveis pela reunião. Das primeiras reuniões foram registrados os livros ou outros materiais (*Revista do Ensino* do Rio Grande do Sul, por exemplo) dos quais as professoras extraíam suas leituras, o autor e, quando possível, a coleção da qual a obra fazia parte.

Das 327 atas, 7 são do ano de 1939 e 129 são da década de 40. Tomo-as em conjunto, somando assim 136 atas. Na década de 50 há um menor número de registros de reuniões, num total de 53 atas. Finalmente, há 138 atas da década de 60. É a partir desse universo que faço as considerações a seguir.

Antes, porém, da análise dos dados, gostaria de afirmar o *lugar* deste texto na produção historiográfica atual. Este trabalho indica uma possibilidade para o desenvolvimento de análises sobre leituras de professores em uma perspectiva histórica. Obviamente, em trabalhos historiográficos no campo da leitura e do leitor, é preciso sempre refletir sobre os limites e as possibilidades concretas das fontes de pesquisa. Tornou-se lugar comum afirmar que o historiador é *prisioneiro das fontes* (Nóvoa, 1992). A pesquisa historiográfica coloca-nos frente-a-frente com essa realidade. Isso, contudo, torna-se ainda mais verdadeiro no campo da história da leitura e dos leitores, já que são escassos os registros de experiências de leituras. Há, no caso da história da leitura e dos leitores, uma dificuldade concreta em captar o leitor e a atividade de leitura propriamente dita (Galvão, 2001).

Este trabalho se inscreve, portanto, no campo da história da leitura e, mais especificamente, de leituras profissionais (leituras de professoras), e foi resultado do acaso, da sorte e da persistência. Ele é decorrente de um trabalho *arqueológico* de busca de fontes em *arquivos passivos* de escolas públicas para uma pesquisa mais ampla sobre a escola primária no Rio Grande do Sul. Explorar exaustivamente o Livro de Atas da *Hora Pedagógica* do então Grupo Escolar Félix da Cunha permitiu reconstruir a história de leituras profissionais de praticamente toda uma geração de professoras primárias. O Livro de Atas foi, assim, uma fonte singular e privilegiada para o desenvolvimento do trabalho.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HORA DE LEITURA PEDAGÓGICA

Uma das experiências coletivas mais significativas de *leitura de professoras* no Rio Grande do Sul foi, seguramente, a institucionalização da *Hora de Leitura Pedagógica*, em 1937 – também denominada simplesmente *Hora de Leitura* ou *Leitura Pedagógica*. A *Hora de Leitura* caracterizou-se como uma prática de leitura oral coletiva em um ambiente de sociabilidade profissional – a escola –, e era considerada um dos “recursos para suprir as deficiências da formação profissional do professor e promover o reajustamento constante e evolutivo do ensino” (Circular nº 2.404. CPOE, 16/06/1948). A idéia que sustentava a proposição da *Hora de Leitura Pedagógica* era a de que “o estudo e o debate dos problemas educacionais, a permuta de experiências docentes, a intercomunicação de idéias e sugestões [...] oferece aos professores oportunidades de pensar e agir conjuntamente, valiosas para a renovação da cultura e conseqüente aperfeiçoamento do ensino” (Circular nº 2.404. CPOE, 16/06/1948). Está revelado, aqui, um pressuposto que sustentava essa prática de leitura: a possibilidade de uma *orientação pedagógica indireta* às professoras por meio das leituras.

A edição de abril de 1959 da *Revista do Ensino* permite perceber a importância que foi atribuída a essa prática de leitura das professoras no cotidiano da escola. A *Revista do Ensino* reproduz as normas da *Hora de Leitura* – já divulgadas desde 1948 em circulares do CPOE – sob a denominação de *Instruções para organização e funcionamento da Hora Pedagógica*. Essas instruções tratavam dos objetivos, da organização e do funcionamento da *Hora de Leitura*, das funções de cada participante – orientadoras, professoras, diretoras – e do registro dessas atividades – uma complexa documentação de livros de registro e de fichas com 16

itens que deveriam ser arquivados na escola e enviados ao CPOE, que a partir de meados da década de 40 passou a normatizar e a fazer a orientação e o acompanhamento dessa atividade.

Embora haja indicações de que a *Hora de Leitura* tenha sido instituída em 1937, os registros mais significativos são da década de 40, quando tal atividade passou a ser de responsabilidade do CPOE. Assim, é preciso fazer algumas considerações, ainda que breves, sobre esse importante Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul.

Em 1942 a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul passou por uma reorganização e foi denominada, então, Secretaria da Educação e Cultura (SEC). Nessa reorganização foi criado, em substituição às antigas Inspetoria e Diretoria da Instrução Pública, o Departamento de Educação Primária e Normal. As funções desse departamento eram, fundamentalmente, as de “exercitar, orientar e fiscalizar as atividades relativas à educação pré-primária, primária e normal, bem como o ensino supletivo” (art. 12 do Decreto n° 578, de 22/07/1942). Um ano após essa reorganização, em 1943, foi aprovado o *Regimento Interno do Departamento de Educação Primária e Normal*, e instalado o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE).³ A partir de então – e até os anos 70 – o CPOE passou a desempenhar um papel fundamental no ensino primário do Rio Grande do Sul. Tinha como função principal a “realização de estudos e investigações psicológicas, pedagógicas e sociais, destinados a manter em bases científicas o trabalho escolar” (Decreto n° 794, de 17/06/1943). Eram atribuições do CPOE, ainda, segundo o Decreto n° 794, de 1943, elaborar medidas para a organização das classes, a orientação educacional e o controle do rendimento escolar. Isso deveria se efetivar por meio de cursos e reuniões, de visitas às unidades escolares, de ensaios pedagógicos, de consultas de ordem técnica, da elaboração de programas, planos, comunicados, circulares e instruções, da manutenção de uma Biblioteca Central de obras pedagógicas e escolares, da organização do conteúdo pedagógico do Boletim de Educação da SEC, da indicação de livros didáticos e de obras para as bibliotecas dos professores e dos alunos.

³ Constituíam o Departamento de Educação Primária e Normal diversos órgãos. Além do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, o Serviço de Controle e Correspondência, o Serviço de Concursos, a Superintendência de Educação Primária, a Superintendência do Ensino Normal, a Superintendência de Educação Artística e as Delegacias Regionais de Ensino (Decreto n° 794, de 17/06/1943).

Considerando as atribuições do CPOE, é possível dizer que o Centro procurou organizar e controlar o processo escolar da fase inicial à final, já que previa, em primeiro lugar, as determinações em relação à organização das classes, em segundo lugar, a orientação do ensino (que supõe questões relacionadas a o quê e como ensinar) e, por fim, o controle do rendimento escolar (com a implantação do sistema de provas objetivas para todas as escolas gaúchas estaduais). Para isso, o CPOE mantinha uma Seção de Orientação do Ensino – subdividida em educação pré-primária, primária, especial, supletiva, rural e normal –, uma Seção de Provas Escolares, uma Seção de Pesquisas, além de uma Biblioteca Pedagógica para os professores.

Estimular o aperfeiçoamento e a renovação da cultura profissional dos professores gaúchos era uma das principais atribuições do CPOE e tornou-se uma das suas preocupações centrais. Muitos cursos foram realizados com o intuito de renovar os processos didáticos, “elevar” o nível cultural e atualizar a cultura geral e pedagógica dos professores gaúchos (Boletim do CPOE, 1950-51, p. 80; Boletim do CPOE, 1954-55, p. 49). Foi nesse espírito que o CPOE interveio diretamente na organização e no funcionamento dos cursos de formação de professores. A ingerência das *técnicas educacionais* nos cursos normais foi bastante ampla. O CPOE interveio em questões como os programas das Escolas Normais, os currículos e os conteúdos, a avaliação, etc.

O CPOE centralizou todas as decisões relativas ao ensino primário, supletivo e normal. De um órgão com fins de pesquisas e de estudos o Centro assumiu, também e principalmente, as funções normativas de toda a rede pública estadual de ensino (por extensão, das redes municipal e particular). O Centro tinha por finalidade “a direção, a orientação técnica e a execução das experimentações necessárias ao aperfeiçoamento dos sistemas e métodos de ensino e das mensurações objetivas do seu rendimento” (Decreto nº 1.399, de 25/03/1947). A centralização no processo de elaboração, distribuição e revisão das provas objetivas – amplamente conhecidas como *provas prontas* – foi uma das atividades mais marcantes do Centro entre as professoras gaúchas.

O CPOE foi, também, fundamentalmente, um espaço de divulgação dos fundamentos da Escola Renovada. A implantação de métodos ativos, a centralidade da criança no processo de aprendizagem, a escola como espaço de exercício da criatividade, o desenvolvimento da autodisciplina,

da liberdade individual, do espírito criador e da consciência moral dos educandos foram alguns dos princípios defendidos pelo Centro. Compreensão da realidade, desenvolvimento do espírito crítico e criador, desenvolvimento mental e moral eram colocados em destaque na formação dos alunos, considerando especialmente a necessidade de acompanhar o processo da “civilização em mudança” e os desafios da vida em uma sociedade democrática.

Entre outras, as formas de divulgação do ideário da renovação pedagógica pelo CPOE foram os boletins, as circulares, os comunicados, os cursos, as sessões de estudo, as orientações escolares e, principalmente, a *Hora de Leitura Pedagógica*, em função do tipo de leitura, dos autores e dos materiais indicados (a *Revista do Ensino*, por exemplo, que foi um dos principais impressos de destinação pedagógica em circulação no RS desde 1939).

A denominação das reuniões das professoras como *Hora de Leitura Pedagógica* não tinha um sentido figurado. Efetivamente, no início, as professoras se reuniam e realizavam uma *prática de leitura* que se configurava pela *leitura oral*, realizada por uma professora para todo o grupo. A escolha do assunto a ser discutido no encontro seguinte era feita na reunião por uma professora indicada pelo grupo ou por todo o grupo. A professora designada tinha que, na reunião de sua responsabilidade, ler para as demais. Liam-se capítulos inteiros ou trechos de livros ou revistas pedagógicas previamente escolhidas. Havia, também, além da professora responsável pela leitura, uma ou mais professoras responsáveis pelos comentários. Veja-se apenas um exemplo de reunião das professoras do Grupo Escolar Félix da Cunha:

Passando-se depois ao assunto do dia, a professora do 5º ano A, senhorinha Iracema Ferreira, procedeu à leitura do trecho – Formação da Linguagem – da obra “Educação”, de Sampaio Dória da Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 2º, volume 17º. Finda esta leitura, a diretora deu a palavra às professoras do 5º ano B e do C, senhorinha Noemia Guimarães Lhullier e senhora Ruth Guimarães Miranda, respectivamente, encarregadas de comentar o tema em apreço. Os comentários vieram mostrar que o tema do dia, pela sua importância e extensão, merecia ser amplamente debatido, ficando, por isso, deliberado reservar as duas reuniões seguintes para o estudo do mesmo assunto, tendo sido escaladas para a leitura as citadas professoras do 5º ano. (Livro de Atas da Hora de Leitura. Félix da Cunha. Ata nº 3. 27/09/1939).

Até o final do primeiro semestre do ano de 1942, esta foi a estratégia adotada pelas professoras: a realização da leitura oral por uma das componentes do grupo, seguida do trabalho das comentaristas, e, por fim, do debate. E o que leram e discutiram as professoras nessas reuniões? As temáticas abordadas, os autores lidos, as obras escolhidas (que hoje podem ser criticados, mas que à época eram os autores e obras consagrados do campo pedagógico) revelam o grau de complexidade e intensidade do debate. Leram Edouard Claparède, Alfredo M. Aguayo, Sampaio Dória, Firmino Costa,⁴ Everardo Backheuser, Chasteau.⁵ Discutiram temas como motivação da aprendizagem, formação da linguagem, ensino da leitura, ensino da escrita, aritmética, caligrafia, redação, Educação Física, valor cultural e educativo da Geografia, psicologia infantil, métodos de ensino, centros de interesse, métodos de projetos, museus escolares, excursões escolares, entre outros.

Em uma das primeiras reuniões de julho de 1942, o grupo reorganizou a *Hora de Leitura*, inserindo formas mais complexas de trabalho. A leitura oral em grupo deu lugar a uma outra dinâmica de trabalho – fazendo um cruzamento com as *Instruções da Hora Pedagógica* divulgadas pela *Revista do Ensino* de 1959, é possível perceber que foram mudanças que estão indicadas nas normalizações do CPOE. A ata dessa reunião é uma das mais detalhadas, em termos de registro, e dá a dimensão do cuidado com a mudança da *Hora de Leitura*. O trabalho consistiria no seguinte: seriam elaboradas três fichas de resumos. A primeira deveria conter as idéias do autor ou dos autores consultados sobre o assunto em pauta. Para fazer isso, as professoras foram divididas em grupos de três ou quatro, que ficariam responsáveis pela pesquisa, pela elaboração da ficha de resumo e pela posterior leitura no grupo. O assunto era de livre escolha ou da “escolha da diretora”. Houve uma tentativa de articulação da teoria com a prática, já que após a apresentação dos resumos seriam relatadas, durante as reuniões, experiências pessoais das professoras, quando houvesse, vivenciadas em sala de aula. Depois da leitura do resumo e do registro oral das experiências, deveria ser elaborada a segunda ficha, com as conclusões do grupo. Um grupo ou uma professora, em cada sessão,

⁴ Acredito que se trata principalmente da leitura do livro *Pela Escola Activa*, de Firmino Costa, editado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo.

⁵ Penso que essa referência seja o livro traduzido por António Figueirinhas, *Lições de Pedagogia*, publicado pela Casa Editora de A. Figueirinhas, Porto, 1927.

seria escolhido para fazer essa ficha. Feito isso, a idéia era que as professoras colocassem em prática os assuntos discutidos, fizessem experiências de ensino a partir das discussões e dos estudos realizados no grupo. Da experiência pessoal, dos resultados práticos, deveria resultar a terceira ficha, elaborada por cada uma das professoras, que deveria vir acompanhada “de alguns exemplos dos trabalhos que foram executados” (Ata 49. 07/07/1942).

Muito embora os anos de 1939, 1940 e 1941 registrem algumas reuniões de caráter administrativo (leitura de circulares, do regimento interno das escolas primárias, informes sobre os cadernos de planos, os relatórios dos alunos...) de responsabilidade da diretora da escola, é apenas na reunião de 07/07/1942, quando as reuniões da *Hora de Leitura* são reorganizadas, que há uma explicitação do caráter diferenciado de ambas as reuniões. Ficou decidido que “serão também assuntos das *Horas de Leitura* as questões administrativas, a leitura de circulares, decretos e regimento interno” (Ata 49). Essa decisão fez com que aquele espaço passasse a ser um lugar de discussões pedagógicas e administrativas.

A dinâmica do trabalho organizado com a elaboração de fichas de resumos, de fichas das conclusões e das experiências perdurou durante todo o segundo semestre de 1942 e todo o ano de 1943. Nesse período houve um predomínio das reuniões de caráter pedagógico, das sessões de estudo. Para se ter uma idéia, no ano de 1943 há o registro de 25 reuniões; destas, 8 foram de ordem administrativa e 17 foram reuniões pedagógicas de estudos. Durante esses quase dois anos as professoras estiveram envolvidas, entre outras coisas, com preocupações como o ensino da ortografia, o ensino da linguagem, o ditado, o ensino da Matemática, a redação, o ensino da leitura, a caligrafia, a disciplina dos alunos, as bibliotecas e os museus escolares.

O limite do registro não permite aprofundar em que medida os assuntos estudados e debatidos revertiam efetivamente em mudanças na prática de ensino. Apenas há referências de professoras que faziam “comentários de alguns trabalhos realizados em aula como aplicação resultante do estudo” (Ata 67. 16/09/1943).

O ano de 1944 introduz na escola uma nova personagem: a orientadora do ensino, ligada à Delegacia Regional de Ensino (DRE). Houve, a partir desse momento, reuniões que eram de responsabilidade da orientadora, que *palestrava, dissertava* sobre os temas e,

concomitantemente, a continuidade do trabalho autônomo do grupo das professoras, com a dinâmica da produção dos resumos e das fichas de conclusões dos assuntos estudados. Os assuntos tratados pelas professoras foram, por exemplo, o raciocínio de Matemática, o ensino do Desenho, o ensino de Geografia, o ensino de Matemática, de História, a composição, etc. Duas formas de trabalho estiveram, portanto, presentes nesse período. Houve, todavia, um predomínio das reuniões coordenadas pela orientadora. A orientadora *toma a palavra do grupo*. Fala por ele e sobre ele, fala de seus trabalhos, fala do quê fazer em sala de aula e de como fazê-lo. As próprias professoras passaram a delegar à orientadora as respostas para alguns de seus problemas:

A pedido das professoras falou [a orientadora] sobre as punições, dando nova orientação às mesmas. [...] Quando a palestra versou sobre aritmética, propôs, para melhores resultados, que se antecipassem as respostas e se procurasse que estas fossem mais lógicas (Ata 85. 13/04/1944).

Aberta a sessão pela Srt^a Orientadora, esta falou sobre os gráficos que levantou nas diversas classes quanto às matérias preferidas dos alunos, chegando à conclusão de que deveria ser intensificado o ensino de Ciências (Ata 87. 28/04/1944).

Em 1946, pelo que está indicado como prática, porém não está explicitado, houve um retorno à forma original da *Hora de Leitura*: a prática da leitura oral coletiva. A primeira reunião do ano de 1946 registra a leitura do trecho “Os métodos empregados no estudo do desenho infantil”, da obra *Psicologia Infantil*, de Silvio Rabelo. As professoras leram, por exemplo, em várias reuniões, trechos da obra, que se tornou clássica nesse período, *Práticas Escolares*, de Antônio D’Ávila. A cada reunião o grupo escolhia as professoras responsáveis pelo assunto da reunião seguinte. Até meados da década de 50, as professoras discutem, com essa organização, assuntos como o ensino da leitura, linguagem escrita, como se ensina aritmética, ensino da soma e da subtração, etc. Há, portanto, uma ênfase nas questões metodológicas. A leitura de obras pedagógicas reconhecidas no campo educacional, o debate e a produção das sínteses do grupo constituíram a dinâmica desse período. A diretora continuou à frente das reuniões administrativas. Estas foram, porém, em menor número. A presença da orientadora na *Hora de Leitura*, nesse período, diminui consideravelmente em relação ao período anterior (anos de 1944 e 1945). Ela aparece em situações que envolviam sobretudo aspectos burocráticos, como, por exemplo, a orientação de planos e o

preenchimento de fichas. Mas a orientadora, mesmo estando ausente das reuniões, permanece uma presença forte, a referência das professoras para soluções de questões do cotidiano da sala de aula. Em uma das reuniões, no dia 26/06/1957, a temática em discussão era o ensino de cálculo. Na conclusão dessa reunião está registrado:

Da discussão e troca de idéias surgiram as seguintes perguntas a serem feitas à orientadora: 1º) caso da divisão: deve-se ensinar a divisão, escrevendo debaixo do dividendo parcial o produto de cada algarismo do quociente por todo o diviso e fazer depois a subtração ou não? Por quê? 2º) Divisão de frações decimais: na divisão deve-se ou não igualar as casa em todos os casos? (Ata 175).

Os últimos anos da década de 50, especificamente o ano de 1958, marcam uma virada no processo de leituras do grupo, bem como na natureza das suas preocupações. Não tenho elementos para analisar o impacto dessa virada na sala de aula, no trabalho efetivo da prática de ensinar. Houve, todavia, uma mudança significativa nas temáticas que ocupam o espaço das reuniões, no seu funcionamento e, novamente, no lugar central que a orientadora de ensino e, também, a diretora da escola passam a ocupar.

O ano de 1958 ilustra isso: há o registro de apenas sete reuniões, todas elas para tratar de temas relacionados com a organização e o funcionamento da escola e de assuntos como campanha de flagelados, concurso General Osório, Semana da Pátria, semana antialcoólica. Outras questões, como o uso do uniforme pelos alunos e pelas professoras e a limpeza das aulas, estão presentes. Todas essas reuniões foram coordenadas pela diretora. Aparece, também, o assunto da *unificação do trabalho escolar em torno de objetivos comuns*, trazido pela orientadora de ensino. Reafirmo que esse momento marca uma virada. Da autonomia, da autogestão do trabalho, da busca da resolução de problemas da prática, da perseguição de alternativas na forma de ensinar, as professoras passam a ser *tutoradas*, a se ocuparem (ou a serem ocupadas!) de assuntos de caráter eminentemente técnico – objetivos, planos, notas, preparação de provas, disciplina, matéria a ser dada em cada mês, instruções para elaboração e correção de provas, elaboração do regimento. O que ocupou a vida das professoras nesse momento foi, basicamente, a elaboração de planos e provas e a preocupação com a disciplina dos alunos. Eram tratadas, também, questões do tipo: difusão das datas nacionais, campanha

pró-conservação das árvores, campanha de cuidado ao atravessar a rua, primeira comunhão dos alunos, ornamentação das aulas, festas escolares, instalação de alto-falantes no pátio para controlar a disciplina dos alunos, entre outros. É preciso lembrar, também, que nesse momento o trabalho desenvolvido pelo CPOE alcança o ápice no Rio Grande do Sul. É o período da cientificização da escola primária.

Pode-se dizer que esse novo padrão das reuniões, estabelecido nos últimos anos da década de 50, consolida-se durante os anos 60. As reuniões são quase que exclusivamente administrativas e dirigidas pela diretora. O espaço da *Hora de Leitura* transforma-se em *lugar de planejamento*. As reuniões eram organizadas em dois momentos: o primeiro com os informes e com trabalhos dirigidos pela diretora ou pela orientadora de ensino e o segundo com trabalhos de grupos por série. As professoras passaram a reunir-se por série para planejar o trabalho da semana ou do mês, as provas e atividades e para elaborar planos de aula. No primeiro momento da reunião, na maioria das vezes, juntamente com a orientadora, as professoras elaboravam o plano geral da escola, o regimento interno, as atividades que compunham o plano geral, comparavam programas de ensino, estudavam objetivos. Passaram a dominar um *fazer técnico*.

Apple (1987) analisa com propriedade o que denominou de *intensificação do trabalho docente*. Segundo o autor, essa intensificação foi – e continua sendo – uma das estratégias de controle e desqualificação do trabalho docente. Para o autor, ainda, “pode-se ver a intensificação operando mais visivelmente no trabalho mental, no sentimento crônico de excesso de trabalho, o qual tem aumentado ao longo do tempo” (1987, p. 9). Apple identifica aspectos da intensificação do trabalho docente nas escolas que “são dominadas por currículos comportamentalmente pré-especificados, testes freqüentes, e por sistemas de prestação de contas reducionistas e estritos” (1987, p. 9). Nesse emaranhado burocrático, que, segundo o autor, exigia de professores e professoras um tempo enorme de trabalho, com registros, avaliações, correções, elaborações de objetivos, com o que chamou de “arranjos administrativos”, a carga de trabalho docente aumentou significativamente. Apple aponta, a partir de dados empíricos, inclusive o uso do tempo do descanso na escola e do tempo fora da escola para a realização dessas tarefas pelos docentes. As tarefas técnicas e burocráticas (preencher fichas, elaborar objetivos, avaliar o domínio do aluno em cada um dos vários objetivos, registrar, corrigir testes e exercícios...) tornaram-se a meta principal do trabalho escolar. O

efeito dessa intensificação do trabalho docente acabou por gerar um paradoxo. Para Apple, o processo de controle, a tecnificação e a intensificação crescente do ato docente foram, erroneamente, identificados como sinais de profissionalismo. Os professores e professoras consideravam-se mais profissionais à medida que novas habilidades técnicas e administrativas foram sendo exigidas, que critérios técnicos e racionais, na elaboração de planejamentos e avaliação, foram sendo incorporados, que as horas de trabalho se prolongaram. Esse movimento é, para Apple, paradoxal, na medida em que a noção de profissionalismo tem sido utilizada pelo professorado em geral na luta contra a interferência do Estado, nas lutas salariais e na busca de tratamentos iguais, especialmente por parte das mulheres. É possível identificar esse processo de intensificação do trabalho docente no Livro de Atas da *Hora de Leitura*. É possível afirmar, também, que à medida que se processaram mudanças na profissão docente, alteraram-se os *modos de ler* desse grupo de profissionais.

Algumas professoras lembram-se da experiência da *Leitura Pedagógica* como algo marcante em suas vidas profissionais, e outras apenas como uma imposição que era por elas obedecida:

Caso 1

N: Aqui no Félix da Cunha eu achava... a minha opinião é que era uma coisa assim meio cultura inútil [a Hora Pedagógica]. [...] *Mandavam e a gente fazia*. Não levava a nada, não acrescentava nada. *Essa é a opinião que eu tenho hoje daquilo*. Já naquela ocasião eu tinha essa visão. Olha, o trabalho mesmo era lidar com os alunos, enfiar na cabecinha...

E: A proposta era fazer as professoras estudarem nesse horário? Lerem?

N: É, pois é, mas era uma coisa que não atingiu nunca esse objetivo. Uma lia e as outras escutavam. Ou uma preparava, tenho uma vaga idéia disso, preparava um resumo (D. Noemy, 75 anos).

Caso 2

[...] Nós tínhamos a *Hora Pedagógica* uma vez por semana, uma vez por mês, eu não me lembro, se era uma vez por mês ou duas vezes. Cada um estudava um assunto, né, sobre Pedagogia. Cada vez tocava prá uma comentar e tudo... (D. Nelly, 77 anos).

Caso 3

M: Nós chamávamos *Leitura Pedagógica*. [...] Eu me lembro! Lá fora, por exemplo, nós não tínhamos o que fazer bem dizer, nós nem ocupávamos aquele horário escolar. Nós tínhamos a *Leitura Pedagógica aos domingos*.

E: E quem orientava essas Leituras Pedagógicas?

M: Ah!, nós mesmos nos orientávamos (risos). Depois mandava os resumos. O que é que a gente fazia com aqueles resumos? [...] Eu até me lembro que no Cassiano a Laura gostava muito que eu fizesse. A delegada, Laura Iruzm, que foi diretora depois foi delegada, ela gostava que eu fizesse os resumos de livros, de leitura pedagógica. [...] Eu me lembro que a Laura sempre pedia: ah, Manoela, prepara tu que tu resume bem! Eu sempre gostei de Português. [...]

Eu me lembro que lá no Cerrito Velho, quando nós fazíamos aos domingos, até num lugar muito bonito, nós subíamos lá e lá nós líamos.

E: E como era isto? Não faziam a *Leitura Pedagógica* na escola?

M: Nós não! Lá no Cerrito Velho não! Nós fazíamos lá em cima do morro que era um lugar muito bonito. O lugar era bonito! Assim, meio abandonado, mas muito bonito, muito saudável! E então nós nos reuníamos lá, eu e as outras duas ou três na ocasião, não é? (D. Manoela, 77 anos)

Caso 4

A *Hora Pedagógica* tinha desde lá de fora [zona rural]. Lá a gente não tinha muito onde pesquisar, lá a gente tinha mais era a *Revista do Ensino*. Então desde lá de fora, uma vez por semana ou depois já era uma semana sim e outra não, um professor ou uma dupla deles preparava um estudo sobre um artigo e aí ele era... claro, lá [zona rural] nós estávamos no mesmo nível, aqui quase sempre era por gente que já tinha feito preparo melhor, às vezes uma equipe. Então, ali um assunto que vinha numa *Revista* [do *Ensino*] o professor procurava desenvolver, procurava levantar questionamentos e nós tínhamos todo sábado de manhã lá fora. E aqui não eram todos porque num sábado era reunião administrativa e no outro era

pedagógica. Ah, isto se fez! Eu mesmo participei de várias delas (D. Nívia, 69 anos).

Pelos depoimentos das professoras percebe-se que não há consenso em relação às funções e ao aproveitamento das leituras realizadas na *Hora de Leitura Pedagógica*. Penso, contudo, que não poderia ser diferente – a experiência de leitura é sempre singular. Mais importante do que chegar a uma conclusão única a respeito da importância ou não dessa experiência de leitura coletiva no conjunto desse grupo profissional no período em questão, é a possibilidade de reconstruir o espaço e o tempo dessas leituras e seus significados diferenciados para os sujeitos. As professoras rememoram essa prática de leitura e demonstram – pelo simples fato de se lembrarem disso e independentemente das suas avaliações pessoais – , que foi uma experiência marcante em suas vidas profissionais. Com esforço as professoras lembram, também, alguns livros ou autores da literatura pedagógica. No cruzamento com outras fontes de pesquisa, especialmente entre os anos 40 e 50, destacam-se principalmente obras de autores como Theobaldo Miranda dos Santos, Antônio D'Ávila, Afro do Amaral Fontoura, Sampaio Dória, Edouard Claparède. Obras que foram produzidas no bojo e sob forte influência do movimento de renovação pedagógica.

A HORA DA LEITURA E O PROCESSO DE RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Como é possível estabelecer a relação entre a experiência da *Hora de Leitura Pedagógica* e o movimento de renovação pedagógica no Rio Grande do Sul? Em primeiro lugar, pela indicação dos autores e das próprias leituras realizadas (as temáticas, nesse caso, são importantes indicadores). Em segundo lugar, porque foi uma experiência que surgiu no conjunto de outras medidas no campo educacional gaúcho no final dos anos 30 e início dos anos 40, como, por exemplo, a reorganização da escola de formação de professoras (1939); a mudança nos currículos da escola primária, com forte influência da Educação Nova (1939); a criação de importantes impressos de destinação pedagógica (especialmente a *Revista do Ensino*, também em 1939) e o aumento da publicação de literatura pedagógica; a criação de classes experimentais no ensino público primário (1942); a reorganização técnico-pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura (1942) e, com isso, a criação do CPOE (1943).

No conjunto das ações, as leituras de/para as professoras tornaram-se fundamentais para a construção do que se convencionou chamar do “novo professor” sugerido pelo movimento de renovação pedagógica: autônomo, criativo, guia, condutor, profundo conhecedor da alma infantil e das necessidades e interesses dos alunos (Cf. Claparède, 1931, 1933; e Ferrière, 1928, 1929, 1934a, 1934b, 1965). Tentou-se, portanto, por meio das leituras, a construção e a difusão de uma nova *cultura profissional*.

Para concluir, é possível dizer que as mudanças pedagógicas também impõem novas formas de ler e novos suportes de leitura, introduzem novos autores, *criam* novos projetos editoriais. Por isso, a atenção à leitura ou à história das práticas de leituras das professoras é fundamental em trabalhos sobre a educação e a escola, seja abordando o passado ou o presente, ou ainda na perspectiva de projeção do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michel. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 60, p. 3-13, fev. 1987.

CLAPARÈDE, Edouard. *Psicologia da Criança e Pedagogia Experimental*. Rio de Janeiro: Ed. do Brasil, 1933.

CLAPARÈDE, Edouard. *Como diagnosticar as aptidões dos escolares*. Porto: Livraria Educação Nacional, 1931.

FERRIÈRE, Adolphe. *Transformemos a Escola. Apelo aos pais e às autoridades*. Tradução de Álvaro Viena de Lemos e J. Ferreira da Costa. Paris: Livraria Francesa e Estrangeira, 1928. (Biblioteca do Educador).

FERRIÈRE, Adolphe. *A lei biogenética e a escola ativa*. Tradução de Noemy Silveira. Prefácio de M. B. Lourenço Filho. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, 1929. (Biblioteca de Educação).

FERRIÈRE, Adolphe. *A Escola Activa*. Tradução de Domingos Evangelista. Porto: Editora Nacional de António Figueirinhas, 1934a.

FERRIÈRE, Adolphe. *A escola por medida pelo molde do professor*. Tradução: Vítor Hugo Antunes. Porto: Editora Educação Nacional, 1934b.

FERRIÈRE, Adolphe. *A Escola Activa*. Tradução de Jorge Babo. Prefácio de Émile Planchard. Lisboa: Ed. Aster, 1965.

GALVÃO, Ana Maria. Leitura de professores e professoras: o que diz a historiografia da Educação Brasileira. In: MARINHO, Marildes (Org.). *Ler e Navegar. Espaços e percursos da leitura*. Campinas, SP: ALB, Mercado de Letras, 2001.

NÓVOA, António. Inovação e História da Educação. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 6, p. 210-210, 1992.

PERES, Eliane T. *Aprendendo formas de pensar, sentir e agir. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Fontes de pesquisa

CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS. Circular nº 2.404. 16/06/1948.

CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS. Ofício Circular nº 503. 08/10/1952.

CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS. Comunicado nº 8. 06/12/1954.

CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS. Boletins, 1947; 1948-1949; 1950-1951; 1952-1953; 1954-1955; 1956-1957; 1958-1959.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FÉLIX DA CUNHA. Livro de Atas da *Hora de Leitura Pedagógica*, 1939-1968.

REVISTA DO ENSINO, 1942-1959.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 578, de 22/07/1942. Dá nova organização à Secretaria de Educação.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 794, de 17/06/1943. Aprova o Regimento Interno do Departamento de Educação Primária e Normal.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 1.399, de 25/03/1947. CPOE.

Recebido: 21-3-05

Aprovado: 16-7-05